

NOVAS FORMAS DE ATIVISMO SOCIAL: O QUE HÁ POR TRÁS DAS MOBILIZAÇÕES DE RUA? O MOVIMENTO PASSE LIVRE DE SÃO PAULO (MPL-SP)

HADDAD, Sérgio *

RESUMO

Este trabalho trata de desvendar a forma e o sentido que tiveram práticas educativas de um dos movimentos que deram origem às manifestações ocorridas no Brasil em 2013: o Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL-SP). O MPL é identificado no contexto das lutas pelo direito à cidade, tendo como referência central a conquista da tarifa zero para os transportes coletivos. Tomando como referência a Educação Popular, o trabalho foi produzido tendo como base documentos e entrevistas com três dos seus participantes. O resultado aponta para a preocupação do movimento em fazer do trabalho educativo uma das suas estratégias para arregimentar novos participantes, em particular nas escolas. Mostra, também, a preocupação com o trabalho de formação dos seus militantes, sendo esse assistemático e construído a partir da vontade e orientação descentralizada da base do movimento. O estudo discute que, apesar dessas práticas educativas terem identidade com as características da tradição da Educação Popular, elas se distanciam no sentido do peso que a formação teórica tem para o trabalho político do movimento.

Palavras-chave: Educação Popular; Educação não escolar; Movimento Passe Livre.

* Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo, pesquisador da Ação Educativa, professor da Universidade de Caxias do Sul. Email: sergio.haddad@terra.com.br

***NEW FORMS OF SOCIAL ACTIVISM: WHAT IS BEHIND THE STREET
DEMONSTRATIONS?
THE PASSE LIVRE MOVEMENT IN SÃO PAULO (MPL-SP)***

HADDAD, Sérgio*

ABSTRACT

This article attends to unravel the form and the meaning of educational practices from one of the movements that gave rise to demonstrations occurred in Brazil in 2013: The Passe Livre Movement in São Paulo (MPL-SP). The MPL identifies itself with the struggle for the “rights to the city,” having as a central issue the claim for no fees in public transportation. Having Popular Education as a reference, this article was based on documents and interviews with three of its members. The results point to the movement’s preoccupation in turning the educative work into one of its main strategies to gather new members, particularly in schools. It also demonstrates a preoccupation with the formation of its militants, being this formation unsystematic and built upon the will and decentralized orientation of the movement’s [base]. This study demonstrates that, in spite of the similarities between these practices and the Popular Education tradition, it distances itself in the sense of the weight that theoretical formation has for the political work within the movement.

Keywords: *Popular Education. Non-formal education. Movimento Passe Livre.*

* *Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo, pesquisador da Ação Educativa, professor da Universidade de Caxias do Sul. Email: sergio.haddad@terra.com.br*

1 INTRODUÇÃO

Em junho de 2013, uma série de manifestações tomou conta das ruas de várias cidades do país que impressionaram pela forma massiva com que ocuparam os espaços públicos. Tendo como estopim os protestos contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo, logo foram adensadas por outras demandas sociais, atingindo mais de 350 cidades e milhões de pessoas em todo o país.

Manifestações desta natureza, com horizontalidade nas suas convocações e organização, que se utilizam das mídias sociais, ocupando espaços públicos em ações de protestos e com hegemônica presença de jovens, têm ocorrido em várias partes do mundo nos últimos anos e com propósitos diferenciados, como os Indignados, na Espanha, Occupy Wall Street, nos EUA, o movimento estudantil Chileno ou Canadense.

No Brasil, em 2013, inicialmente protagonizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), tais ações mostraram-se efetivas pelo foco da sua demanda – o custo e a qualidade da mobilidade urbana – irradiando para outros temas como o direito à cidade, saúde, a privatização dos espaços públicos, creche, trabalho, modelo de desenvolvimento etc.

As manifestações ganharam impulso com o aumento da violência da repressão policial que acabou por atingir jornalistas e o público em geral. Por consequência, a grande imprensa, inicialmente pouco entusiasmada, reagiu dando destaque às mobilizações e ampliando o debate e reverberando a opinião da população sobre elas. A militarização das polícias foi colocada em questão e a demanda por uma nova política de segurança pública ganhou manchetes ao mostrar a inabilidade da polícia militar, legado da ditadura, em lidar com a proteção do (da) cidadão (dã) durante as manifestações.

O ambiente da Copa das Confederações de 2013 colocou em questão a Copa do Mundo de 2014, problematizando os gastos realizados com os novos estádios frente às demandas da população por mais e melhores serviços públicos, bem como sobre o sentido político em organizar eventos desta natureza, que produzem violações de direitos em diversos níveis. A FIFA foi questionada pelos seus interesses econômicos e o governo e o parlamento por se colocarem submissos frente às exigências muitas vezes absurdas desta organização na elaboração da Lei Geral da Copa.

Ao mesmo tempo, setoriais de trabalhadores e movimentos sociais tradicionais ocuparam espaços públicos demandando direitos. Movimentos autonomistas se apresentaram

questionando as institucionalidades de partidos políticos, governos e sindicatos bem como suas formas de atuação. Movimentos anarquistas participaram das manifestações e os Black Blocs ganharam espaço, reconhecimento e críticas.

Muitas ações terminaram em conflitos e violências, com depredação de bens públicos e privados provocados pela atuação de determinados grupos ou indivíduos presentes nas manifestações e, principalmente, pela ação policial que procurava desarticular o movimento e impedir o seu deslocamento pela cidade.

A partir do ocorrido, não só o aumento das passagens foi revogado naquele ano de 2013 em várias cidades, como governos estaduais, municipais e o governo federal, afetados em sua imagem e apresentando queda nos índices de popularidade, deram respostas públicas às demandas por meio de propostas de políticas e ações pontuais.

Frente a esses fatos, vários estudos e interpretações sobre eles surgiram em função da sua relevância. Como investigadores de práticas de educação não escolares, procuramos analisar as dimensões educativas dessas manifestações, tanto aquelas produzidas por seus ativistas para atingir os seus fins, como os processos de aprendizagem vivenciados por eles nos procedimentos em torno dos atos. Em particular, tomamos a decisão de afunilar o espectro da pesquisa para a análise das atividades do MPL-SP, por sua relevância nas manifestações de 2013 e por ter sido encontrado um maior número de trabalhos a seu respeito.

2 A INTERPRETAÇÃO DO CONTEXTO E DOS FATOS: OS REFERENCIAIS TEÓRICOS

Um conjunto de informações e análises na busca por respostas para algo que parecia incompreensível à primeira vista foi produzido nos momentos seguintes às mobilizações. Estudos colocaram em evidência fatos, muitos deles interconectados, que ajudaram a melhor conhecer o que havia se passado, suas causas, as consequências e os desdobramentos daquelas manifestações.

Uma linha de investigação inicial procurou identificar quem estava nas ruas, quem eram os personagens dos protestos, como se organizavam. Em um dos primeiros trabalhos publicados sobre o assunto, Singer produziu uma análise sobre a composição social dos participantes:

(...) sugerimos que a melhor imagem para descrever a composição social das manifestações seja a de dois blocos relativamente equivalente, formados por

jovens e jovens adultos de classe média e por outros da mesma faixa etária, mas pertencentes à metade inferior da estrutura social brasileira, sendo estes com menos escolaridade média... A segunda fase das manifestações teria produzido um cruzamento de classes. Embora os dados não sejam suficientes para fechar um diagnóstico, para aí apontam as pistas mais interessantes que eles nos deixam, juntamente com as evidências de que o subproletariado pouco participou dos protestos (SINGER, 2013, p. 32-33).

A evidência de que a majoritária participação foi dos jovens de classe média e inferior, se reproduziu em outros estudos, ganhando relevância analítica.

Outro conjunto de estudos procurou investigar a natureza destas ações e o quanto ela se assemelhava aos movimentos recentemente ocorridos em outros países, destacando a ampla participação de jovens, sua forma horizontal de funcionamento, e utilização das mídias sociais (CAVA, 2013; DUPUIS-DÉRI, 2014; HARVEY, 2013; MARICATO, 2013; RICCI; ARLEY, 2014; SINGER, 2013).

Singer, no mesmo artigo citado acima, afirma, comentando entrevistas de dois militantes do Movimento Passe Livre no programa Roda Vida da TV Cultura em 2013¹:

Aquela entrevista representou a aparição, no cenário político brasileiro, de uma nova esquerda, em sintonia com aquela do Occupy Wall Street norte-americano e dos Indignados espanhóis (SINGER, 2013, p. 33).

Uma terceira linha investigativa tentou identificar as causas que levaram estes setores da população a ocuparem o espaço público para expressar as suas demandas. Para Ermínia Maricato, é impossível dissociar, no Brasil, as principais razões, objetivas e subjetivas desses protestos, da condição das cidades, mesmo em tempo de melhorias no emprego e salários (MARICATO, 2013). Segundo ela,

As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança (MARICATO, 2013, p. 20).

Portanto, se houve uma melhoria das condições de vida da população na primeira década deste século, em particular nos dois governos Lula, com aumento real no salário mínimo, transferência de renda com leve melhoria na sua distribuição e aumento do consumo dos setores mais pobres da população que até então não tinham condições de acesso ao

mercado, esse tipo de melhoria teve de se confrontar com uma piora da vida nas cidades, o que levou a relativizar o impacto de parte dessas conquistas sociais.

Um dos fatores de piora da vida urbana foi a forte especulação imobiliária: a partir de 2009 ocorreu um grande crescimento da construção civil e melhoria do emprego no setor, consequência do aumento da disponibilidade do capital privado e dos subsídios governamentais que facilitaram o financiamento de imóveis. Esse crescimento ocorreu de maneira pouco planejada e sem que houvesse uma reforma urbana que contivesse a ação voraz da especulação imobiliária que desloca pessoas, invade mananciais e reservas ambientais e desrespeita regras básicas do urbanismo. Ao mesmo tempo, uma grande parcela da população pobre, vivia em ocupações ou loteamento ilegais, com baixíssimas condições de atendimento dos serviços públicos, empurradas para locais cada vez mais distantes do centro. Quando isto não ocorria, acabavam permanecendo em condições degradantes, em cortiços ou favelas.

Esse quadro de apartação social, unido ao precário atendimento dos transportes coletivos e ao incremento do número de carros nas ruas e avenidas, consequência do estímulo governamental à produção de veículos e ao seu consumo, fez da mobilidade urbana um inferno na vida da população das grandes e médias cidades brasileiras, que passa a maior parte do seu dia em longos e desgastantes deslocamentos de casa ao trabalho e vice-versa. Isto sem contar com o aumento da poluição e a piora da qualidade do ar respirado.

A especulação imobiliária é também produto do momento histórico de reprodução do capital financeiro mundial, crescente e cada vez mais globalizado nestes tempos neoliberais. Para David Harvey (2014), as cidades têm sido locais para absorção da acumulação do crescente capital excedente no plano global que procura investimentos para a sua reprodução.

O capital adora esses megaprojetos, como os envolvidos em Copas do Mundo e Olimpíadas, porque são uma ótima oportunidade para gastar muito dinheiro na construção de novas infraestruturas... A maioria dos lugares que sediam esses eventos tem problemas financeiros sérios depois, mas, no processo, as empreiteiras, construtoras e financiadoras ganham muito dinheiro (HARVEY, 2014, p. 10).

A afirmação não nos parece distante da realidade no Brasil: estádios para a Copa do Mundo ficaram subutilizados, impacto na crise econômica nos anos seguintes, superfaturamento das grandes empreiteiras com denúncias de corrupção.

Por outro lado, a atuação financeira do excedente do capital no setor imobiliário tem produzido um enorme mecanismo de expropriação da renda do trabalhador como consequência da elevação dos preços dos imóveis e dos aluguéis. Para o autor, há um deslocamento do processo de exploração do trabalho do campo da produção para o campo da reprodução da vida, na medida em que os aluguéis e prestações se tornam cada vez mais altos, comprometendo o salário do trabalhador. Ao mesmo tempo, Harvey discute como o processo de urbanização desempenhou um papel crucial na absorção de excedentes de capital ao longo da história, mas, alerta o autor, “ao preço de processos florescentes de destruição criativa que implicam a desapropriação das massas urbanas de todo e qualquer direito à cidade” (HARVEY, 2014a, p. 59). Por isso há sinais de revolta por todas as partes, conclui o autor, que deveriam ser canalizadas para que fossem suplantadas as orientações neoliberais em direção ao maior controle do excedente pelo Estado, mas, alerta, isso “só funcionará se o próprio Estado reformular-se e voltar a se colocar sob o controle democrático do povo” (HARVEY, 2014a, p. 62).

Na mesma direção, sobre a importância da participação social no controle das cidades, Lefebvre (2009) afirma que a vida urbana para a grande maioria da população, não começou a ser construída em função do ainda significativo peso do mundo rural. Para que isso se realize, afirma o autor, é necessária uma ciência da cidade. No entanto, ela não é suficiente e tem seus limites, pois precisam de uma estratégia de intervenção urbana e de um programa, mas também, e principalmente, é necessário confrontá-la com a vida social (a práxis).

Necessário, o programático não basta. Ele se transforma no decorrer da execução. Apenas a força social capaz de se investir a si mesma no urbano, no decorrer de uma longa experiência política, pode se encarregar da realização do programa referente à sociedade urbana (LEFEBVRE, 2009, p. 115).

Estas condições estruturais explicativas da vida na cidade e da ausência de direitos de uma grande parcela da população é confrontada com o momento conjuntural político vivenciado no período das grandes manifestações. Para Cava e Cocco (2013), elas foram produto das contradições do Lulismoⁱⁱ e seu desdobramento no governo da presidenta Dilma. A primeira contradição trata dos limites das políticas de inserção pelo consumo de uma parcela significativa dos pobres, de onde arrancava seu apoio político, ao mesmo tempo em que deixava de lado a relação destes mesmos setores com as políticas públicas universais (saúde, educação, segurança pública) e a sua relação com a cidade (mobilidade urbana,

habitação, saneamento). A segunda diz respeito ao pacto de governabilidade que garantia o exercício do poder em tempos de altos índices de popularidade. Com a chegada da crise econômica, veio a crise política, pois o pacto de governabilidade vai sendo minado pela perda de apoio popular e por um conjunto de reivindicações que ganham as ruas e que fogem ao pacto até então vigente. “As conquistas pretextam novas conquistas, multiplicando-se em uma dinâmica expansiva de direitos” (CAVA; COCCO, 2013, p. 76).

Outra linha de explicações das manifestações, para além daquelas de natureza estrutural e conjuntural, é ancorada na presença majoritária dos jovens nas manifestações e nas suas características, mesmo reconhecendo não terem sido movimentos estritamente juvenis. Em artigo publicado em 2000, Marília Spósito, fazendo um balanço da produção de conhecimento sobre o tema “juventude”, afirmava serem muito recentes os estudos sobre a presença dos jovens e suas motivações na cena pública; a tradição, segundo ela, estava muito mais referida aos temas ligados ao seu comportamento infracional, focados sobre sua responsabilidade pelo crescimento da violência e por sua ação transgressora de comportamentos sociais estabelecidos. Ao mesmo tempo, as novas gerações são estigmatizadas por seu individualismo, voltado ao consumismo e ao desinteresse pelas causas públicas, produto desta fase recente do neoliberalismo e da lógica de mercado. No entanto, segundo a autora, estudos recentes mostraram ações coletivas crescentes de jovens com interesses diversos, ocupando a cena pública em fazeres e lógicas de interpretações não convencionais (SPÓSITO, 2000).

Entre as diversas interpretações a respeito das manifestações, natureza, composição e sentido político, muito pouco se escreveu sobre processos educativos e organizativos dos grupos envolvidos que pudessem servir como elementos de análises sobre as motivações e as estratégias utilizadas pelos diversos coletivos e indivíduos que se envolveram com elas.

Tomamos como referencial analítico o que se consumou chamar por Educação Popular, cujas características dos processos educativos podem ser sintetizadas em: partir do conhecimento crítico da realidade para transformar as condições que produzem injustiças e exclusões comprometida com uma opção política e ética; apostar no empoderamento dos excluídos e dos desiguais, por meio da sua organização e mobilização; buscar resultado de práticas educativas horizontais que apostam no diálogo de saberes e culturas; comprometer-se com a produção de novos conhecimentos teóricos e práticos voltados à emancipação humana e social (MEJIA, 2013; PALUDO, 2015; STRECK; ESTEBAN, 2013).

Frente a este quadro, questiona-se sobre o sentido das mobilizações de 2013: seriam elas espontâneas? Estariam elas inseridas em processos formais de organização, mobilização e formação política? Se sim, que tipo de formação estaria ocorrendo? Haveria diálogo e referência com as tradicionais práticas denominadas por educação popular?

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para responder as questões acima, procuramos utilizar uma metodologia participativa, contando com a disponibilidade de militantes para levar adiante um processo de sistematização da própria prática. No entanto, esse processo não pôde ser implementado a contento, tanto pela dificuldade em encontrar ativistas dispostos a realizar tal tarefa, quanto pelos obstáculos que enfrentamos frente à natureza do próprio movimento e sua forma de organização. O fato do movimento não autorizar que seus militantes falem em seu próprio nome e sim apenas em caráter de mandato imperativo do seu coletivo, acabou por criar um constrangimento em produzir interpretações gerais por parte dos sistematizadores.

Portanto, para além das revisões bibliográficas que permitiram construir um quadro teórico e um conhecimento sobre as mobilizações e o MPL, e frente ao fato de não haver especificamente muitos documentos que ajudassem a responder às perguntas sobre o sentido educativo do movimento, a pesquisa colheu depoimentos de três integrantes (dois homens e uma mulher) do Movimento, dois de São Paulo e uma de Guarulhos. Os dois possuíam trajetórias de pelo menos quatro anos de participação no movimento e uma apenas dois anos. Suas escolhas se deram menos por critérios seletivos e mais pela disponibilidade em conceder as entrevistas. Os três eram estudantes de universidades públicas e vinculados aos cursos de Pedagogia, Letras e Filosofia, filhos de pais com formação superior (uma delas foi criada por pais com formação superior), dois concluíram o secundário em escolas privadas, uma em escola pública. Podemos caracterizá-los como pertencentes aos setores médios da população.

Como orientação metodológica, na medida do possível, levamos em consideração as recomendações feitas por Spósito (2014) por ocasião das entrevistas com os ativistas. São elas: manter um cuidado epistemológico de não atribuir a princípio um sentido ao movimento que está muitas vezes na cabeça do pesquisador do que propriamente na realidade; manter o olhar atento para além das manifestações, trabalhar no sentido de buscar compreender os momentos de aparente não ação, quando as pessoas não estão nas ruas; tratar a questão não

apenas sob o ponto de vista racional dos motivos da luta, mas também os aspectos afetivos. Não abrir mão da individualidade no interior dessas novas formas coletivas de luta. Não ser dissolvido no coletivo; um movimento é uma síntese, mas também uma pluralidade de sentidos. A pesquisa deve não só se ater aos elementos comuns, mas também aos não homogêneos.

4 MOVIMENTO PASSE LIVRE – “POR UMA VIDA SEM CATRACAS”

O Movimento Passe Livre não se formou em 2013, quando ocorreram as manifestações que ocuparam as ruas. Um dos seus marcos de origem foi a chamada Revolta do Buzu, ocorrida no ano de 2003 em Salvador, em função do aumento das passagens dos transportes coletivos. Em 2004, novas manifestações vieram a ocorrer contra o aumento da tarifa, desta vez em Florianópolis, e que acabaram sendo conhecidas como a Revolta da Catraca. No ano seguinte, em janeiro de 2005, e como desdobramento dessas experiências anteriores, o Movimento Passe Livre foi oficializado no V Fórum Social Mundial em Porto Alegre, na Plenária Nacional pelo Passe Livre. Novas revoltas de tamanho significativo vieram a ocorrer em Vitória (2006), Teresina (2011), Aracaju e Natal (2012), Porto Alegre e Goiânia (início de 2013).

Sua bandeira principal é a implementação da tarifa zero nos transportes públicos. Segundo a Carta de Princípios do movimento, disponibilizada no seu site,

O movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada. O MPL é um grupo de pessoas comuns que se juntam há quase uma década para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade. Estamos presentes em várias cidades do Brasil e lutamos pela democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços a partir da Tarifa Zero!ⁱⁱⁱ

Em São Paulo, mesmo antes de 2013, algumas manifestações já haviam ganhado destaque, sempre com o objetivo da revogação imediata do aumento da passagem. Em 2006, quando a tarifa de ônibus subiu de R\$2 para R\$2,30, o MPL de São Paulo convocou uma Frente de Luta Contra o Aumento que foi responsável pela realização de diversas manifestações, sofrendo sempre repressão por parte da Polícia Militar. Em 2010, com um novo aumento para R\$2,70, o movimento constituiu a Rede Contra o Aumento da Tarifa, a partir de uma convocatória geral para outros movimentos sociais se somarem à luta. A última

grande manifestação pré-2013 ocorreu no início de 2011, quando houve novamente um reajuste na tarifa, passando a ser cobrado o valor de R\$3,00.

As características de autonomia, apartidarismo, horizontalidade e independência já haviam sido marcas nos movimentos de Salvador e Florianópolis, além da forte composição juvenil e secundarista dos participantes. O fato do grupo não ser ligado a nenhum partido, não significa ser antipartido, mas sim apartidário como coletivo; o princípio da horizontalidade na tomada de decisões é central para o movimento. Não há dirigentes dentro da organização, e todos os membros que constituem o grupo têm o mesmo poder de voz e de decisão – sendo que os princípios constitutivos do movimento seriam sempre definidos através de consenso; no que se referem às demais decisões, caso o consenso não seja alcançado, as propostas deveriam submeter-se a votações.

Os coletivos locais que constituem o MPL não se submetem a qualquer organização central. Sua política é deliberada por todos, com as decisões sendo tomadas na base do movimento, em espaços que não possuem dirigentes, nem respondem a qualquer instância externa superior (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013).

Pudemos notar que este princípio da horizontalidade no modo de tomar decisões foi reconhecido como uma virtude por todos os nossos entrevistados, afirmando ainda ser um processo permanente de aprendizagem:

MA: A gente define as coisas coletivamente, inclusive trabalha com consenso nas reuniões, então para ter consenso tem muita conversa. Às vezes é até um pouco difícil, porque é exaustivo chegar num consenso. Quando dá, né. Claro que não é sempre que todo mundo consensua. É difícil, mas eu acho que é uma experiência de muita discussão e de formação.

[...] Isso de ser um movimento horizontal é uma coisa que tá sempre sendo repensada. Não é fácil, não é que é “ai é tudo ótimo”, é uma coisa que tem que ser construída.

AP: É, sempre por consenso. A gente tenta até o fim ser por consenso. Quando não tem jeito mesmo, aí a gente apela pra democracia da maioria. Mas aí tem que ter claro o porquê da divergência, entender aquela divergência. Mas é sempre por consenso. Nas falas, também, não existe alguém mais ou menos. Tem pessoas que têm acúmulos, a gente tem que ter noção disso, mas isso não quer dizer absolutamente nada.

A ideia da horizontalidade é algo que procura acompanhar a vida dos militantes em vários espaços, como afirma uma das entrevistadas:

AP: Então, quando você começa a trabalhar com ela [a horizontalidade], fica muito mais complicado trabalhar com a hierarquia. Aí é muito mais difícil afirmar as nossas práticas horizontais, de repente, em alguns ambientes que te pedem a hierarquia. Por exemplo a própria universidade, há uma hierarquia nela. E trabalhar com isso já se torna um problema para o militante que tem a prática que é horizontal... Na verdade, o negócio da horizontalidade, por exemplo, eu sei que isso tem que estar em todos os lugares da minha vida pessoal, inclusive nas minhas relações afetivas, esse negócio da hierarquização da família, isso é um negócio que pra mim eu tenho que desconstruir bastante, como a hierarquização entre um homem e uma mulher, eu tenho que desconstruir... Isso tem muito a ver.

O MPL frisa que a sua independência se constituiu também no que diz respeito às ONGs, instituições religiosas e financeiras (os princípios do MPL podem ser encontrados no Anexo 1). Acreditam que podem compor junto com outros grupos uma frente única, desde que estes tenham como pauta prioritária a luta pelo transporte público, evitando, desta maneira, disputas de agenda com outros coletivos. Os movimentos com os quais o MPL concorda em aliar-se são aqueles que contestam a ordem do capitalismo; a força pela qual as reivindicações são exigidas deve vir sempre das ruas, e não por vias parlamentares.

Essa postura em se manter como um movimento, ocupando os espaços públicos na defesa de uma demanda clara, em alianças com outros movimentos que comungam do mesmo objetivo, distanciados das instâncias mais institucionalizadas como partidos e governos, mostra-se também uma construção conflitiva e de difícil administração, como pudemos observar:

SH: A relação com a política institucional é sempre um conflito?

AP: É um conflito, não tem como... A prática do partido não pode ser levada pro movimento, não tem como, ela é incompatível com o movimento.

SH: Vocês são muito críticos aos partidos de uma maneira geral, seria pelo temor de instrumentalizar o movimento?

AP: Exatamente, é o negócio, a gente é apartidário, mas não é antipartido. Os partidos são bem-vindos pra se somarem à luta. É muito importante que eles estejam juntos, a gente entende como um espaço da classe trabalhadora pra se organizar. Mas a gente tem todas as críticas que devem ser feitas, que é a instrumentalização, a direção... A gente compreende, mas ao mesmo tempo é bem complicado... Porque uma das críticas que a gente faz aos partidos é que muitas vezes eles não constroem junto.

SH: Vocês acham que estão construindo uma nova geração política? Quer dizer, a minha geração tinha um modelo de fazer política que era muito institucionalizado, vocês acham que vocês estão retomando a ideia de fazer política de outra natureza? Essa geração anterior à de vocês meio que já era sob o ponto de vista da forma do exercício da política?

AP: Não é que já era, é porque eu acho que não responde mais.

[...]

SH: Mas tem muita gente que é de militância partidária no movimento, não tem? A juventude do PT, a juventude do...

MV: Tem, mas essa juventude não tá deixando de ir pra rua também, eu acho que essa é uma diferença. Não sei exatamente como tá a JPT [Juventude do PT] nessa questão em São Paulo, mas as correntes do PSOL [Partido Socialismo e Liberdade] não estão deixando de ir aos atos. Por mais que seja um partido com uma organização tradicional, eles não estão deixando de ocupar esses novos espaços também.

AP: [...] Eu acredito que a gente esteja criando, pelo menos essa nova geração, uma organização para além da instituição, [aquela] das assembleias populares, de uma democracia mais alinhada...

SH: Tem alguns partidos, por exemplo, o PCdoB [Partido Comunista do Brasil], que trabalham com os estudantes, eles disputam muito o espaço das entidades estudantis, etc. É um jeito de fazer política muito parecido com um jeito mais tradicional de fazer política.

AP: O PCdoB tá com a UNE [União Nacional dos Estudantes]... Eles fizeram um calendário, e os calendários são diferentes, porque é a palavra institucional; além de ser a palavra institucional, isso desagrega a luta na rua... Eles se reuniram com o prefeito a portas fechadas, e o que eu acho que as ruas mostram é que isso não é o que a população quer.

SH: Você acha que vai chegar a um confronto em certo momento?

AP: Acho que já é, na verdade... Aqui a gente teve uma reunião aberta que teve um menino da UJS [União da Juventude Socialista], ele começou a falar, teve um momento na fala dele que ele começou a falar “A gente tem que ir contra o PSDB [Partido da Social Democracia Brasileira] e pedir a reforma política e não sei o que”, e colocando a pauta do PT, e a galera tipo “meu, não é isso”, a gente tem uma pauta única... Confronto acontece o tempo todo nos atos, eles tentam tomar a frente de atos, é muito complicado...

O MPL acredita que suas atividades devem ser um meio para a organização de um novo tipo de sociedade, e seu fim não está nele mesmo, da mesma forma que ocorre com a tarifa zero: “(...) ela é o instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano, rechaçando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, como direito para o conjunto da sociedade (...)”^{iv}. Para o movimento, o controle do transporte público deve ser efetivado pelos trabalhadores e pela população, e um dos objetivos que o MPL se coloca é o de mobilizar a população e fomentar debates acerca do tema, assim como impulsionar discussões sobre as metrópoles contemporâneas, especulação imobiliária, desigualdade social, entre outros. Ultimamente, o grupo vem promovendo este tipo de discussão a partir de aulas públicas. O Movimento Passe Livre também se coloca como um coletivo que atua contra a criminalização e repressão dos movimentos sociais – repressão que eles mesmo são

acometidos; se colocam também contra qualquer tipo de preconceito, seja ele social, racial, de gênero ou sexualidade e creem que o contato com as mídias alternativas deve ser priorizado.

Por acreditar nas peculiaridades de cada lugar, o Movimento Passe Livre organiza-se por meio de um pacto federativo: a autonomia local de cada grupo é respeitada, tendo sempre em vista o acatamento dos princípios federais. A organização do movimento em nível nacional se dá por meio de representantes das cidades. Estes constituem um Grupo de Trabalho (GT) de um a três membros ratificados pelas delegações presentes no núcleo. Em 2006, um ano depois de se constituírem como movimento nacional, o MPL convocou o 3º Encontro Nacional que ocorreu na Escola Nacional Florestan Fernandes, com a participação de mais de dez cidades. Motivados pela conquista de junho, em 2013 ocorreu o 4º Encontro Nacional em Brasília.

A semana do dia 26 de outubro é tida como a Semana Nacional de Luta pelo Passe Livre. Durante esta semana, o movimento busca realizar mobilizações locais sobre o tema e, caso seja possível, elas deveriam acontecer no mesmo dia e horário, mas cada grupo local tem autonomia para realizar as atividades que julgar mais apropriadas.

4.1 Tarifa zero

O Movimento Passe Livre defende que seja implementada a tarifa zero, ou seja, a gratuidade nos transportes; essa seria a maneira mais prática de certificar o direito da população de ir e vir. Para o movimento, o transporte é um direito fundamental. Essa ideia tem como lógica a concepção de que o transporte, assim como a saúde e a educação, é um serviço público essencial e mais, é o serviço que garante o acesso aos demais direitos: para se chegar até a escola, ao hospital, o transporte é necessário. Na mesma entrevista citada concedida ao programa Roda Viva em 2013, Nina Cappello, destacada para falar em nome do movimento, afirmou que “uma vez que o transporte é essencial para garantir outros direitos, é essencial para circular pelas cidades, para as pessoas se apropriarem da cidade, ele não deveria ser pago mediante tarifa.” O custo dos transportes não é o único problema: cada vez mais o tempo de deslocamento amplia-se em função da forma como os setores populares são afastados das regiões mais centrais das cidades conforme vimos anteriormente.

O transporte gratuito também é pensado como uma forma de libertar as pessoas para outras atividades, para trabalhos de formação, por exemplo:

MA: [...] Mas a gente pensa bastante também no potencial de mobilização que o transporte tem, porque se as pessoas podem transitar pela cidade, elas podem se encontrar, elas podem ir pra uma praça pública, conversar, elas podem ir de fato pra aula pública de sei lá quem... O transporte tem um potencial de formação das pessoas, porque é quase como se ele aprisionasse as pessoas dentro de casa, dentro do próprio transporte ou em casa, e no trabalho, porque ele é pensado pra levar a pessoa pro trabalho, ele não é pensado pra outras coisas.

AP: A gente, para falar do transporte, tem que falar da questão urbana, como o modelo de cidade se deu. A gente tem que falar sobre isso sempre, como que é, como que as pessoas conseguem se locomover... Aí já entra tudo, não tem como não falar da questão urbana.

Para custear a tarifa zero, entre outras propostas, o MPL propõe um Fundo de Transportes cujos recursos deveriam ser arrecadados de maneira progressiva. Isso significa que os setores mais ricos da sociedade – como bancos, shoppings, hotéis, etc. – deveriam pagar mais para que um transporte de fato público, gratuito e de qualidade, seja assegurado e atenda a toda a população.

O MPL luta por uma sociedade igualitária, por isso sua luta – a tarifa zero – se une com outras lutas sociais para realizar seu objetivo:

Pensamos na mudança da sociedade através da mudança na lógica da mobilidade urbana com a implementação da Tarifa Zero. Não queremos que os ônibus tenham catracas, que impedem tanta gente de ir e vir em todas as grandes cidades do Brasil e que hoje excluem 37 milhões de brasileiros que não podem pagar as tarifas do transporte coletivo. Mas sabemos que só isso não basta. Além da exclusão pelo transporte, há desigualdades entre brancos e negros, homens e mulheres, ricos e pobres. Temos um mundo inteiro para reconstruir! A catraca que o MPL repudia é também simbólica. Existem catracas invisíveis por todas as partes, impedindo acesso pleno aos espaços e serviços. Precisamos juntos destruir todas elas. Pela luta queremos construir um mundo em que não haja nenhuma catraca!^v

Entre os seus documentos e pelo relato dos entrevistados, o MPL, ao tomar o mote da tarifa zero como central nas suas reivindicações, mesmo que ampliando o debate para outros temas relacionados, avança para a discussão sobre o direito à cidade, principalmente pelos setores mais pobres da população, correlacionando-o com o modelo de sociedade em que vivemos. A forma como determinadas classes se apropriam das cidades a partir dos seus interesses particulares, a crítica ao sistema de transporte privado, o direito à mobilidade gratuita como um direito de todo cidadão para o exercício de sua cidadania, são temas que surgem como elementos críticos da sociedade capitalista.

4.2 Formação

Nosso interesse nesta pesquisa esteve em identificar a maneira como os militantes do movimento se formam frente ao desafio colocado por eles em implantar a tarifa zero e fazer dela fator de alavancagem de um processo de transformação das condições de vida da população excluída. Isto foi feito a partir da leitura de documentos do MPL, discussões sobre eles e entrevistas com ativistas do movimento no estado de São Paulo.

Procuramos avançar em uma perspectiva de análise da educação que ocorreu tanto na prática de militar no movimento, quanto nos espaços de formação voltados aos estudos de temas e análises de natureza teórica e informativa que servissem como apoio ao trabalho que realizavam nas escolas, em aulas públicas, ou como elementos preparatórios às manifestações.

Em documento produzido pelo MPL de São Paulo, o movimento afirma que as escolas e as salas de aula ocupam um lugar especial em seu trabalho político, não só porque os comitês municipais, embriões do movimento como foram as manifestações da Revolta do Buzu em 2003 e a Revolta da Catraca em 2004 e 2005, conformados basicamente por organizações de alunos e alunas de grêmios e pequenos grupos políticos ao redor de uma pauta estudantil, como também pelo fato das escolas serem o palco de boa parte do trabalho de arregimentação, mobilização e formação do movimento (MPL SÃO PAULO, 2014, p. 48).

Perguntados sobre o que mais aprenderam com a participação no movimento, nossos entrevistados foram coincidentes em identificar na militância e nos estudos necessários para o trabalho militante, com destaque para o de formação nas escolas, os fatores essenciais na sua própria formação:

MA: Acho que eu aprendi bastante não só sobre transporte, mas sobre militar, eu nunca tinha militado em nenhum lugar.

SH: Você estudou bastante o tema do transporte?

MA: Estudei. Eu aprendi bastante com as pessoas. Às vezes a gente faz formações. Eu gosto muito de fazer trabalho em escola, acho que é o que eu mais gosto da militância.

SH: Você já tinha entrado em uma escola pública antes ou não?

MA: Já tinha entrado em escola pública, tinha feito trabalho com o grêmio quando eu tava no ensino médio, mas as escolas públicas que eu entrei não eram do mesmo perfil de escola pública da M'boi... É impressionante o jeito, parece um pouco um presídio.

Segundo nossa entrevistada, a militância, unida ao trabalho de preparação para a ação nas escolas públicas, foram elementos importantes na sua formação. Pode-se destacar também

o conhecimento de uma outra realidade vivenciada em escolas de periferia onde o trabalho dela se realizava.

SH: O que você acha que aprendeu no movimento, no que ele foi importante para tua vida?

AP: Eu acho que a formação política foi essencial.

SH: Que se fez pelos estudos, com o grupo...

AP: Também. Pelos estudos com o grupo, pelas vivências com o grupo, pela própria luta em si. Desde estudar e ver, sobre o feminismo e tal, numa linha mais teórica, quanto ir pra rua e fazer um ato. Coisas que na formação política são essenciais. Quanto às escolas, olhar as escolas de outra forma, eu acho que isso é importante, a gente pegar cada um [aluno], as suas experiências, e tentar entender aquele espaço como um espaço importante de formação, que pode ser uma formação não formal, que não precisa necessariamente ser enquadrada e colocada dentro das aulas, há outros modos de trabalhar as questões da tarifa zero. Trabalhar com projetos, trabalhar de outras formas, outras vivências mesmo. E é isso, eu acho que o mais importante foi isso, a consciência com a política, o porquê da cidade ser desse jeito. Isso é da formação mesmo, você vai abrindo a cabeça, vai abrindo, como que as coisas funcionam... E conseguindo chegar próximo às pessoas, próximo ao trabalhador, ver que isso é uma pauta importante, próximo ao estudante... se identificar com a pauta acho que é essencial.

Para outra entrevistada, a relação entre teoria e prática foi fundamental na sua formação política, assim como a sua aproximação com a realidade dos alunos com os quais trabalhava. Perguntada sobre o porquê dos estudos sobre o feminismo, se era uma pauta geral do movimento, ela respondeu:

AP: Então, é uma pauta geral. Eu acho que, na verdade, em qualquer movimento social deveria ser. Mas a gente focou um pouco mais nisso porque era o momento em que a gente precisava focar mesmo... Hoje [nós mulheres] somos maioria. Então é um momento de empoderar, de empoderamento mesmo da mulher, de entender como esse processo se dá, tanto com os companheiros, quanto com as companheiras, dentro do movimento social. Eu acho que é uma pauta superimportante.

SH: Então, na parte de formação de vocês, qual a regularidade no trabalho?

AP: Então, a gente não tem uma regularidade, ainda. Agora a gente vai começar uma nova formação. A gente teve uma formação sobre feminismo há um mês atrás, mas aí estouraram as jornadas [...]. Agora que a gente tá conseguindo se organizar novamente em torno de fazer uma nova formação. E talvez essa formação seja aberta para quem quiser participar, que é a partir de um livro: Direito à cidade, do Lefebvre.

SH: Vocês vão ler juntos, chamar alguém que ajude vocês...?

AP: Não... Ler juntos, entre nós mesmos.

Para um terceiro entrevistado, mesmo sem menosprezar outras formas de aprendizagem, seu destaque é para os processos de luta que se davam na rua, assim como na sua preparação e avaliação.

LCC: Olha, eu acho que os processos de luta, não exatamente os atos, mas os processos de luta, são espaços, são períodos de formação muito interessantes. É aí eu acho que está o grosso da formação militante, está aí no processo de luta, não dá para o militante não se formar na luta.

LCC: Acho que, se tem um ponto de formação que a gente sempre remete, que a gente aprendeu a fazer luta de rua, a fazer manifestação, tal, foi em 2011. Aí a gente começou a pegar tarefa mesmo de ato, tarefa de falar com imprensa, o pessoal botava a gente para fazer as coisas e aí a gente aprendeu bastante, a gente não estava assim super à frente da luta, mas estávamos bem envolvidos, participamos de tudo e nisso a gente aprendeu bastante. Estava lembrando que em 2010, justamente por ter sido um ano mais de refluxo e tal, foi um ano de muitas formações internas do movimento.

Perguntados sobre como eram os trabalhos de formação teórica ou metodológica que os militantes passavam, as respostas se mostraram bastante diversas, o que nos permitiu inferir não haver um processo de formação sistemática.

SH: O que que é isso [trabalho de formação]? Tem leitura coletiva, é trazer gente para dar aula, é o quê?

LCC: Eu acho que tem de tudo, menos trazer gente de fora, é, muitas vezes, partir de textos, mas é muito variado o jeito que se lê e tal. Às vezes são textos de análise, às vezes são documentos oficiais ou documentos históricos...

SH: Cada um dava uma ideia, ou tinha alguém que centralizava isso, que cuidava da formação, era uma coisa mais coletiva?

LCC: O MPL chegou a ter em alguns momentos, eu não lembro se nesse momento tinha, uma Comissão de Formação, que preparava as formações, enfim, decidia coletivamente mais ou menos os temas, as datas, e essa comissão preparava. Normalmente, a maior parte das vezes, ainda mais naquela época, ao redor do transporte; eu lembro que teve uma formação sobre Conselho Municipal de Transportes, a gente via as várias formas de conselhos, por que podia ser bom ou não ter um conselho, tal, era uma coisa bem técnica até. [...] Sempre teve formação, logo antes da luta, teve formação de segurança, isso sempre tinha também. Até hoje existe uma comissão de segurança e aí a gente tinha procedimentos, sei lá, tanto na rua quanto de segurança na internet e tudo mais. Eram formações engraçadas, divertidas.

SH: Quantas pessoas participavam, por exemplo?

LCC: Ah, participava todo mundo de São Paulo, não era muita gente. Eram umas 20 pessoas. E muitas dessas formações eram também espaços para aproximar pessoas próximas do movimento, sempre teve isso também, principalmente as [formações] que não eram tão técnicas. Teve um tipo, um tipo muito específico de formação que acontecia com alguma frequência,

eram as atividades para novos militantes que normalmente acontecia depois das lutas ou para trazer pessoas que estavam querendo se aproximar, uma primeira sistematização do que era o movimento. Eu lembro de uma por exemplo que a gente fez, acho que no fim de 2010, ou foi no fim de 2011, sobre a história das lutas de transporte, então pegava textos sobre as revoltas que tiveram em São Paulo ao longo do século XX e tal. Enfim, já teve um pouco de tudo nas formações eu acho.

SH: E era uma coisa mensal?

LCC: Não, nunca chegou a ter essa frequência eu acho, talvez só em épocas de muito refluxo, que não tinha nada mais acontecendo. Ah, eu diria que uma, duas vezes por semestre.

Como se pode deduzir, o trabalho de formação teórico é assistemático, notadamente nos momentos de refluxo dos atos de rua, quase sempre escolhidos pelos militantes de cada local e de acordo com seus interesses imediatos. Não há um processo de formação sistemática dos militantes.

Sobre a história do movimento e o sentido de pertença, elementos chaves de uma formação militante, pode-se observar uma ação assistemática, deixada ao acaso do interesse de quem participava. No entanto, os muitos textos produzidos sobre o MPL, e mesmo pelo MPL, ajudam no conhecimento da sua história, princípios e das suas lutas.

LCC: Isso é interessante também [...], mas a gente nunca teve, eu acho, uma atividade de formação sobre a história do movimento. Não sei, talvez já tenha tido alguma sim, mas isso é muito das conversas e dos textos – o movimento tem um acúmulo de textos razoável. E aí, acho que a gente grudava nesses textos, os militantes mais velhos também sempre tinham o esforço de nos mandar esses textos, já tinha até os textos prontos assim, para mandar para os militantes novos uma época. Era sempre muito comum para quem entrasse no movimento, enfim, tivesse uma pessoa mais próxima, uma coisa meio natural, uma pessoa que vai explicar um pouco as coisas na reunião [...] depois, a gente até tentou formalizar um pouco mais isso, mas também não sei se deu muito certo. Mas explicar as coisas, enviar textos, tirar dúvidas, sentar, conversar, então você vai lendo e um militante vai contando para o outro, o pessoal vai conversando e vai constituindo uma narrativa, tem uma espécie de narrativa meio difusa da história do movimento, que também é uma narrativa que deixa certas coisas de lado, a gente tem que tomar cuidado.

SH: Porque ele é só muito autocentrado assim, por exemplo, essa narrativa?

LCC: Sim, constrói uma imagem do movimento... E não sei, não sei se essa é a única, tem que investigar. Mas foi muito importante para a gente, enfim, entrar em contato com essa narrativa, participar da elaboração dela. É muito legal, você encontra um militante super velho, de outro estado, quando isso acontece.... Depois de 2013 a gente teve mais oportunidade de viajar, de conhecer os outros MPLs, trocar ideia tomando cerveja e tal, sobre como tinha sido a história do movimento. Tem muitos documentários também, que são muito importantes e que a gente usava também nas escolas, tem documentário sobre a revolta do Buzu, que foi importantíssimo

Sérgio HADDAD

Novas formas de ativismo social: o que há por trás das mobilizações de rua? o movimento passe livre de São Paulo (MPL-SP)

para o movimento, o pessoal de Floripa usava ele e foi isso que deu gás para as revoltas de Floripa.

Tratando-se da formação nos processos de luta, que comportavam os atos, mas também todo o seu entorno, pode-se perceber que há uma crença de que a participação nas atividades é forte componente entre os elementos de formação dos militantes do MPL.

LCC: Tem a formação prática ali do que fazer na rua, de como organizar o ato, como dirigir um ato, que funções têm no ato. Isso tinha formação inclusive antes, que funções a gente ia ter no ato, tal. Mas só na rua que você aprende mesmo o que cada um faz. Por exemplo, se você fala com a imprensa também é outro exercício de sistematizar o discurso em poucas frases, e tentar entender os interesses que estão em jogo. Numa luta, o movimento tem que ficar fazendo constantemente uma análise de conjuntura... Você vai aprendendo a olhar para todas essas coisas, você está muito mais envolvido.

Toda a relação com as outras organizações também. De 2010 para 2011 não era mais uma rede, virou uma frente, o MPL tentou construir uma frente por consenso que daí não deixava tanto espaço para as várias organizações pequenas aparelharem a luta, ao mesmo tempo, aumentava o poder do MPL. E aí tinha toda uma dificuldade de negociação, quando você vai numa reunião dessas você escuta, você tem que entender o que cada organização está pensando, tem o esforço de negociação com a polícia e acompanhar isso, também, é outra coisa. E você pensa muito, você está toda hora refletindo sobre a luta, sobre o que está acontecendo em todos os espaços.

Mas o interessante disso, da formação por meio da luta, mais do que talvez a importância dessas grandes lutas, é a das pequenas lutas. Por exemplo, essa de 2010 que eu entrei, para mim foi muito importante, foi o ano que eu entrei pela primeira vez em contato com os atos. E, por exemplo, esses atos pequenos de escolas [...], não são todos os militantes do movimento que vão organizar o ato, vão ser dois, três, quatro; no dia talvez venha mais. Mas os militantes mais jovens, que estão há menos tempo no movimento, tem que aprender na marra, num espaço que é bem menos arriscado, que é bem mais tranquilo, tanto sistematizar o discurso do movimento e convencer as pessoas a “vamos para a rua”. A gente fazia isso as vezes, em época do Dia Nacional do Passe Livre, que é 26 de outubro, ou logo antes das lutas contra o aumento, mas às vezes bem antes, dois meses e tal. E começada a fazer esses trabalhos.... Acho que a gente, aí sim, os militantes ganhavam autonomia nessas tarefas, aprendiam... Tem coisas práticas também, tipo fazer panfletos, às vezes vai centralizando, alguns militantes fazem panfleto, mas quando tem que fazer esses atos menores, aí você arrisca fazer um panfleto.

A atividade de formação nas escolas tem sido um forte instrumento utilizado para mobilizar as pessoas para os atos, aqueles sensibilizados para a temática e para o ativismo político, como também para aproximar secundaristas do movimento. Depois das mobilizações de 2013, houve uma preocupação em desenvolver um trabalho mais permanente de formação

política por parte do MPL, ampliando o contato com as pessoas para além das ações em torno dos atos.

A mudança estrutural por que está passando o movimento depois de julho de 2013, afastando-se do centro do palco daquele espetáculo que os atos proporcionavam, trouxe a necessidade de enraizar seus trabalhos nos bairros e estabelecer lutas regionais espalhadas pela cidade. Isto significa uma busca constante pela organização. Nessa linha, mais do que uma ação de propaganda, essa nova experiência é um espaço de formação política com os secundaristas, um convite a repensar o cotidiano na cidade e a criar novas formas de atuação (MPL SÃO PAULO, 2014, p. 60).

Essa foi, pelo menos, a preocupação de um dos núcleos do movimento, o do M'Boi Mirim que buscou, por meio de uma atividade mais permanente, fazer um trabalho de formação política que acabou por ampliar o escopo temático para além da tarifa zero. O trabalho se desenvolveu com estudantes do terceiro ano do ensino médio de duas escolas, apenas para aqueles que tinham interesse, os demais permaneciam nas suas aulas regulares. Tendo como tema central as catracas que cerceiam a vida da cidade, os meninos discutiram temas como *rolezinhos*, greves, eleições, mídia, repressão policial, prisões e transporte (MPL SÃO PAULO, 2014, p. 60).

Além do trabalho com os secundaristas, este núcleo procurou avançar para a organização e formação de outros setores, conforme depoimento de um dos nossos entrevistados, que atuava na região:

SH: E o que é o trabalho de base para vocês, é o trabalho em escola?

LCC: Então, acho que dá para ser em escola também, a gente tentou lá no M'Boi as duas coisas: um trabalho mais regular em escola, que não tivesse focado só em mobilizar as pessoas para uma ação, mas sim que estivesse focado em sair de lá com algum tipo de organização das pessoas. Acho que pode ser comunitário também. Ou pode ser no local de trabalho, mas nesse a gente estava engatinhando um pouco, também estava tentando com os rodoviários, com os metroviários já tem o sindicato, mas a gente tem um contato melhor. A gente começou a fazer trabalho tentando impulsionar a organização em várias comunidades em diferentes pontos da cidade ao redor do transporte, daí não era nem mais a tarifa, era muito mais corte de linha de ônibus, depois virou também asfalto, questões como essas. E isso exige que você esteja presente no lugar pelo menos uma vez por semana.

A necessidade de um trabalho mais permanente, um trabalho de formação política de base, que pudesse avançar na organização do movimento para além dos momentos em que ocorriam os atos, passou a ser uma das preocupações e das críticas que o movimento, ao ganhar visibilidade nacional a partir de 2013, passou a sofrer.

LCC: Acho que um pouco da crítica depois de 2013 começou com o trabalho nas escolas do MPL, é que ele normalmente era um trabalho de agitação: ia na escola, ficava várias semanas, várias atividades preparadas, mais ou menos esquematizadas, e aí ia para o ato e normalmente não tinha muita continuidade. Não era um trabalho muito... Enfim, de uma formação um pouco mais contínua. Era um trabalho um pouco mais de agitação, talvez de informação também, apresentar o movimento, mas não tinha muita continuidade.

Este caminho por um trabalho de base mais permanente, que pudesse se aproximar do legado da Educação Popular, mostrou-se uma preocupação de alguns setores do movimento nos anos mais recentes. Mesmo não dominando a literatura sobre o assunto, nem passando por processos mais regulares de formação sobre a temática, nossos entrevistados falaram sobre o assunto.

SH: [O trabalho que vocês realizam] me faz lembrar muito dos trabalhos de base de tempos passados. Você já leu alguma coisa de Educação Popular...?

MA: Não, nunca li.

SH: Quando você prepara uma aula pública, ela tem determinadas informações. Essas informações são confrontadas com aquelas que as pessoas trazem? Que o usuário traz. Você se considera também uma investigadora do problema de transporte, por exemplo?

MA: Ah, acho que sim.

SH: Você sente que quando você conversa com as pessoas, você aprende, muda a opinião e troca?

MA: Com certeza. Até porque a realidade que eu vivo, se eu não saísse dessa região, é muito diferente da realidade que as pessoas vivem lá.

SH: O trabalho de base é importante sob o ponto de vista do movimento?

MA: Eu acho que sim, junho de 2013 só aconteceu porque a gente veio debatendo isso por muitos anos, fazendo muito trabalho em escola, panfletando muito na rua... Eu não sei dizer porque aconteceu junho, mas acho que uma das coisas que ajudou bastante foi esse trabalho de base nos bairros, nas escolas...

SH: Sobre Educação Popular ou Paulo Freire, alguma coisa dessa natureza, vocês tinham um conceito por trás ou vocês iam fazendo assim...

LCC: É, acho que não. A gente, ao mesmo tempo que estava ali sistematizando porque a gente estava falando sobre o que era o movimento, ao falar, a gente escutava coisas, porque as atividades eram sempre dialogadas, a gente entendia muito melhor como que era o sistema de transportes da cidade e podia formular muito melhor as nossas críticas. A gente precisa entender a realidade do sistema de transportes, mesmo pensando só o MPL, porque, se a gente quer entender a realidade social, a gente precisa conversar, e entrar em contato com a realidade da classe trabalhadora.

SH: Mas isso era um princípio na formação de vocês, de que este diálogo auxilia a pensar o mundo, a aprender, a conhecer outras visões, etc.?

LCC: *Eu acho que não era um princípio sistematizado, mas, eu acho que todo mundo...*

SH: *Bebia dessa...?*

LCC: *É, e aprendia muito e vinha contando “ah, tal aluno falou isso quanto a tal situação”. E aí vai surgindo um discurso muito mais sólido sobre, por exemplo, transporte como prisão na periferia, porque a gente vai conversando com todo mundo e vendo, “é isso mesmo, não tem transporte para as pessoas não saírem de casa, o transporte só é acesso para o trabalho”. A gente ia mais, principalmente no começo, com o discurso da tarifa zero, aí a gente foi percebendo: não é só a tarifa zero, tem que ter ônibus em todos os horários...*

SH: *Tem algum texto, por exemplo, que fala sobre a concepção educativa do movimento?*

LCC: *Não...*

SH: *Algum de vocês leu algum vez alguma coisa de Educação Popular?*

LCC: *Não, não. Não tem nenhum princípio*

SH: *Nem Paulo Freire, nunca?*

LCC: *Bom, talvez antes de mim. Mas essa sistematização que a gente fez traz muito disso, como as escolas eram espaços importantes da gente aprender, de reflexão para o movimento, para os militantes. Eu falo dos processos de luta porque eu acho que eles são isso vezes mil, quem aprende [...]. Assim, pensando, por exemplo, 2013, foi um avanço de consciência para todo mundo, todo mundo estava na rua, então, talvez tenha percebido mais coisas, o transporte entrou mais no debate; para a gente, também, foi muito grande [...] eu tenho um amigo que fala “ eu virei classista em junho de 2013”. A gente, por exemplo, nesses atos das escolas, ou nos atos das periferias, a gente estava lá tentando mobilizar a comunidade, tentando desencadear a oportunidade de formação, de organização, mas ao mesmo tempo, e talvez com igual importância, estava o objetivo de formação dos militantes mesmo, porque a gente acha que só nos processos de luta as pessoas se formam... Então é importante a gente ter luta acontecendo para o pessoal estar lá porque é nesse diálogo justamente, né? E o que é interessante é que aí que está o pensamento crítico. Então, é muito importante, muito mais, talvez, do que achar que a gente está salvando as pessoas, ou está organizando as pessoas, ou está fazendo alguma coisa, ali, pelas pessoas, a gente está fazendo uma coisa pela gente também, porque...*

SH: *Você acha que isso é um pensamento comum?*

LCC: *Não. Acho que tinham algumas pessoas ali que estavam muito preocupadas, se fazia sentido o que a gente estava fazendo, para onde ia levar... Seis meses, a gente ficou na escola e não foi para lugar nenhum a coisa na escola. Então, e a gente estava preocupado “poxa, será que faz sentido?”, e pensando nisso a gente percebia que se tinha sentido era porque formava... Todo mundo, estar todo mundo pronto, pelo menos, para, em um processo maior de luta, saber minimamente o que fazer, se a gente não ia conseguir uma coisa gigantesca, pelo menos a gente estava fazendo o essencial que era formar os militantes.*

SH: *Você que é pedagoga, e que tá trabalhando, estudando educação, tal, Paulo Freire te orienta em alguma coisa, ou não?*

AP: *Orra. Muito mesmo! Principal.*

SH: *E no movimento você sente que isso tem a ver, vocês leem coisas, citam coisas do Freire?*

AP: Eu acho até que o que nos une bastante, que a gente brinca, todos somos freireanos, e isso é muito importante. A prática do Freire quando ele escreve sobre o escutar, a pedagogia da autonomia, ela vai permear todo esse tipo de movimento horizontal, não tem como... Tem tudo a ver. E na escola a gente tem que continuar sendo horizontal, e é a ideia do professor e tal, e aí a gente vai pra escola... Paulo Freire... Como trabalhar essa horizontalidade? É paulofreireano.

Depois de 2013, houve um crescimento do número de militantes que gostariam de participar do MPL. De um pequeno grupo em torno de 20, o MPL em SP cresceu e neste momento apareceram os limites de um trabalho de formação assistemático dentro do movimento. Não havia mais condições de continuar na forma em que estava e esta preocupação acabou não se concretizando nos anos seguintes, ao menos até 2015, conforme um dos nossos entrevistados:

LCC: Depois de junho de 2013 muita gente queria entrar, queria conhecer, e a gente não sabia o que fazer com isso, enfim, e mesmo assim o movimento cresceu muito, o movimento, sei lá, de um grupinho de vinte pessoas que era antes de junho, depois, com o tempo, chegou a cinquenta, sessenta pessoas – que é bastante. Nesse processo, acho que o tipo de formação que a gente tinha, que é essa formação solta, nos espaços, nos processos de luta, nas reuniões, e principalmente, nas conversas informais e tal, que dependia desses espaços, não funcionava mais. A gente perdeu a oportunidade de tentar sistematizar um pouquinho melhor a nossa formação, de cuidar um pouquinho melhor dela, até porque, talvez era um momento que mais, mais do que todos, era um momento que precisava muito refletir, que a gente precisava pensar o que fazer, e acho, na verdade, que foi se cultivando dentro do movimento uma tendência a não refletir, a se apegar ao que era o movimento, a não criticar, e, se criticar, que fosse só internamente, que é de novo “ah, só diz respeito a nós”, né?

A crítica, aí realizada, demonstra a dificuldade do movimento em refletir sobre a sua própria prática, deixando de aproveitar a oportunidade criada pela visibilidade atingida depois de 2013, para olhar internamente o que se passou e projetar o futuro do movimento considerando a crescente responsabilidade que se colocou em suas mãos e o aumento do número de militantes.

LCC: A gente começou a incentivar, “não, as pessoas tem que escrever, a gente tem que ter mais registro escrito”, tem até uma tradição disso, mas não estava tendo mais [...] Só que a gente não conseguiu caminhar muito nessa direção e acho que talvez a gente precisasse de uma coisa mais até sistematizada, [...] pelo menos em grupos de estudo. A gente começou a buscar espaço de reflexão fora do movimento, desde o fim ano passado, de 2014, a gente fez um grupo sobre os novos movimentos sociais da década de 80 com pessoas do MPL e outras, e aí começou a debater o que que era

trabalho de base naquela época. A gente foi atrás do pessoal que estava lá, na ativa, naquela época, a gente fez entrevistas com o pessoal da oposição sindical metalúrgica daqui de São Paulo também tem uma história muito legal, com o pessoal do ABC, com o pessoal dos clubes de mães, que tinha uma atuação que interessava muito porque era na periferia e era por local de moradia, [...]. Foi um processo de reflexão para a gente muito legal, só que era mal visto, inclusive dentro do movimento, [...], como se a gente estivesse participando de uma organização política, que estava dirigindo a gente dentro do movimento.

Sob o título “o que o MPL aprende”, o documento que sistematiza o trabalho nas escolas realizado pelo MPL de São Paulo, afirma sobre o tema:

Todos e todas que, em nome do trabalho pela tarifa zero e seus desdobramentos, vão nas escolas conversar com secundaristas, são professores da fé na liberdade, igualdade e solidariedade e, assim como adverte Paulo Freire, tem consciência da posição desde onde se comunicam. Da mesma forma, tem também consciência da posição desde onde os alunos e alunas da escola se colocam, e o processo que se dá é de troca, de aprendizagem em ambos os lados, e solidarização, porque todas e todos se percebem como iguais em suas diferenças (MPL SÃO PAULO, 2014, p. 61).

O documento termina afirmando:

A experiência de via dupla de aprendizagem tem seu maior valor não apenas pelo acúmulo de conhecimento que promove em estudantes e militantes, mas principalmente por seu processo. A horizontalidade, tão cara ao MPL, é tanto um fim como um meio, e a experiência de desconstrução da formalidade, da normalidade, do condicionamento, da hierarquização e do autoritarismo da escola, além do debate de problemas sociais que atingem a todos e todas, e um dos maiores frutos que poderíamos receber destes encontros. Nós precisamos tanto imaginar uma cidade onde todas e todos possam se movimentar com liberdade como nos auto-organizar. O que as alunas e os alunos em todas as oficinas nos ensinam, através de uma postura antiautoritária, é que a luta já acontece, na prática, de forma tão cotidiana quanto o próprio sofrimento. Nosso trabalho, por fim, será apenas reafirmar: *tamo junto*” (MPL SÃO PAULO, 2014, p. 61)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MPL é um movimento constituído basicamente por jovens, nascido em ações no meio estudantil secundarista, e que ganha adesão nacional e de outros setores da juventude e da sociedade. Nasce lutando pela redução das tarifas dos transportes coletivos e pela tarifa zero; nasce como consequência de uma luta mais ampla pelo direito à cidade.

A condição de pobreza de uma parcela da população, não permite o acesso e a mobilidade nas grandes cidades, afastada que está dos centros, local em que se produz majoritariamente o trabalho, a cultura e o lazer. O custo da passagem do transporte coletivo é a barreira – a “catraca”, como afirma o MPL, que dificulta ir e voltar do trabalho, e limita a mobilidade para outros fins, encarcerando os jovens e suas famílias em suas casas e arredores. Não é diferente com a maioria dos trabalhadores. Como vimos, o processo de expropriação dos setores mais pobres do usufruto da cidade é fruto da luta entre interesses de classes sociais no capitalismo, em que o capital hegemonicamente exerce o seu poder, em particular o capital financeiro.

As ações do Movimento Passe Livre começaram pequenas, nas unidades escolares, como práticas autônomas frente aos movimentos mais institucionalizados das juventudes partidárias ou de outros grupos de jovens organizados por interesses diversos. O MPL não rechaça a institucionalidade, mas não se engaja nela. Forma alianças com outros setores organizados em torno do seu objetivo central: a tarifa zero.

Esta mesma autonomia ocorre com relação aos partidos políticos, às empresas e outras entidades da sociedade civil sem fins lucrativos. Podem vir desde que participem dos coletivos e decidam juntos. Isto porque o MPL tem a horizontalidade como princípio, onde as hierarquias e os diversos poderes se homogeneízam no diálogo, pelo consenso. Esta não é uma construção fácil, mas aparentam disposição para levá-la em frente, reconhecendo que só é possível exercitar a horizontalidade se ela for considerada dentro de um processo. Quando isto não ocorre, frente ao esclarecimento das diversas posições para o coletivo, acolhem o voto da maioria. A horizontalidade também é orientadora da organização do movimento. Os núcleos são autônomos em regime federado, não há hierarquias, e os ocupantes das instâncias de governança e de trabalho são escolhidos pelos militantes de base e não estão autorizados a falar em nome do movimento^{vi}.

As pessoas que participam do movimento aprendem pela prática, são levadas à luta pelos atos, pelas manifestações que realizam contra os aumentos das passagens e em favor da tarifa zero. Ali aprendem a militar, a se organizar para os atos, a trabalhar na convocação, na segurança, nas alianças, nos panfletos, nas palavras de ordem, nas estratégias de defesa contra a repressão policial.

A formação política também ocorre por meio de estudos que são realizados como processo preparatório das atividades nas escolas. A centralidade temática é sobre mobilidade

urbana e o que gira em seu entorno. Para se prepararem para as atividades, leem sobre o assunto a ser trabalhado com os estudantes secundaristas, preparam suas intervenções, mas reconhecem que aprendem muito no diálogo com os alunos e a comunidade onde atuam. Procuram ser consequentes nas práticas pedagógicas com o princípio de horizontalidade que vivenciam no movimento.

Não há, de forma sistemática, um processo de formação teórica pelo qual passam todos os militantes. Os temas de estudos, que se dão pela vontade de uma pessoa ou de um conjunto, são descentralizados e de acordo com as necessidades de cada coletivo. O mesmo ocorre com a metodologia adotada para o trabalho de formação e a sua periodicidade.

Não há uma sistematização do MPL sobre a sua experiência de formação, nem uma orientação teórica que possa dizer que esta experiência, que existe de forma descentralizada, seja fundada em princípios freireanos e/ou de Educação Popular. No entanto, princípios do MPL orientam práticas pedagógicas bastante similares às da Educação Popular, como é o caso da horizontalidade e do diálogo de saberes, que resulta na construção de consensos e na produção de conhecimentos. O mesmo ocorre quando se organizam para ouvir os usuários do transporte coletivo. Reconhecem que por meio deste diálogo descobrem um outro mundo que ajuda a compreender e aprender coisas novas aumentando sua consciência política.

Por outro lado, o MPL não propicia uma formação política sistemática e coletiva que ajude a dar sentido ao movimento sobre a sua luta em um contexto mais amplo de interpretação da realidade, apesar de se unir a movimentos que questionam a ordem capitalista.

REFERÊNCIAS

- CAVA, B. **A multidão foi ao deserto**: as manifestações do Brasil em 2013. São Paulo: Annablume, 2013.
- MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido. In: MARICATO, E. ROLNIK, R., HARVEY, D. et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 19-26
- DUPUIS-DÉRI, F. **Black Blocs**. São Paulo: Veneta, 2014.
- HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: MARICATO, E., ROLNIK, R., HARVEY, D. et al. **Cidades rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- _____. O direito à cidade. In: **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 27-207.
- _____. Entrevista: Vivemos hoje no que eu chamaria de ditadura totalitária. **Revista Poli**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 9-11, 2014a.
- LEFEBREV, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2009.
- MEJIA, M. R. La educación popular: una construcción colectiva desde el sur y desde abajo. In: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (Org.). **Educação Popular**: lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 369-398.
- MOVIMENTO PASSE LIVRE-SP. Não começa em Salvador não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E., ROLNIK, R., HARVEY, D. et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- CARNEIRO, H., HARVEY, D., ZIZEK, S. et al. **Occupy**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.
- PALUDO, C. Educação popular como resistência e emancipação humana. **Cadernos CEDES**, Campinas: v. 35, p. 219-238, 2015.
- RICCI, R.; ARLEY, P. **Nas ruas**: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Letramento, 2014.
- SINGER, A. **O sentido do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia da Letras, 2012.
- _____. Brasil, junho de 2013. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 97, p. 22-41, 2013.
- SPOSITO, M. P. Algumas hipóteses sobre as relações entre juventude, educação e movimento sociais. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 13, p. 73-94, 2000.

_____. Ação coletiva, jovens e engajamento militante. In: CARRANO, P.; FAVERO, O. (Org.). **Narrativas juvenis e espaços públicos**: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais. Niterói: Ed. UFF, p. 97-130, 2014.

STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (Org.). **Educação Popular**: lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013.

MPL SÃO PAULO. In: KUNSCH, G. **Urbania 5**. São Paulo: Pressa, p. 48-63, 2014.

Anexo 1

Princípios do MPL

Autonomia

A autonomia é o mesmo que autogestão. Significa que todos os recursos financeiros do movimento devem ser administrados, criados e geridos pelo movimento. Aqui, não vale depender de doações de empresas, ONGs, partidos políticos e outras organizações.

Independência

A independência é uma das consequências da autonomia. Os coletivos do MPL são independentes entre si, em suas ações locais, desde que respeitem os princípios organizativos nacionais. O MPL também age independentemente de partidos políticos, ONGs, governos, ideologias e de unidades teóricas. O MPL depende apenas das pessoas que o constituem.

Horizontalidade

Todas as pessoas envolvidas no MPL devem possuir o mesmo poder de decisão, o mesmo direito à voz e a liderança nata. Pode-se dizer que um movimento horizontal é um movimento onde todos e todas são líderes, ou onde esses líderes não existem. Desta forma, todos e todas têm os mesmos direitos e deveres, não há cargos instituídos, todos e todas devem ter o acesso a todas as informações. As responsabilidades por tarefas específicas devem ser rotatórias, para que os membros do grupo possam aprender diversas funções.

Apartidarismo, mas não antipartidarismo

Os partidos políticos oficiais e não oficiais, enquanto organização, não participam do Movimento Passe Livre. Entretanto, pessoas de partidos, enquanto indivíduos, podem participar desde que aceitem os princípios e objetivos do MPL, sem utilizá-lo como fator de projeção política. O MPL não deve apoiar candidatos a cargos eletivos, mesmo que o candidato em questão participe do movimento.

Federalismo

O MPL é um movimento nacional que se organiza através de um Pacto Federativo, que consiste na adoção dos princípios de independência, apartidarismo, horizontalidade, decisões por consenso e federalismo. Isso confere autonomia a cada coletivo local, desde que estes respeitem os princípios do Movimento Nacional. Os coletivos devem ainda estabelecer uma

rede de contatos intercoletivos, tentando ao máximo se aproximar uns dos outros, tornando real o apoio mútuo entre coletivos, o que garantirá organicidade ao Pacto Federativo do MPL.

ⁱ Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/video/105798/Roda-Viva-entrevista-representantes-do-MPL.htm>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

ⁱⁱ Termo cunhado por André Singer em SINGER, 2012.

ⁱⁱⁱ Movimento Passe Livre. *Carta de princípios*. Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

^{iv} Movimento Passe Livre. *Carta de princípios*. Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

^v Movimento Passe Livre – Florianópolis. O que é o MPL? Disponível em: <<https://mplfloripa.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

^{vi} Na primeira semana de agosto de 2015, enquanto escrevia estas notas, iniciava-se um debate político dentro do MPL, e fora dele, com a publicação de um artigo de um dos seus militantes históricos cujo título dá o tom sobre o que vem ocorrendo: “O Movimento Passe Livre acabou?” Disponível em: <<http://passapalavra.info/2015/08/105592>>. Acesso em: 05 de ago. 2015. Nele, o articulista considerava que os princípios do movimento, a autonomia, a independência, o apartidarismo e a horizontalidade, estabelecida como uma crítica à velha esquerda e aos partidos, haviam sido fundamentais para o desenvolvimento do MPL, tanto para ser uma referência prática para aqueles que recusavam a organização política por meio de doutrinas, quanto para permitir o aprofundamento da discussão sobre transporte e sua relação com a estruturação da cidade. Contudo, o artigo afirma que “os princípios foram transformados em nossa própria doutrina”, passando a produzir contradições e distanciamento das lutas em curso. Mais à frente, atesta: “Considero que o MPL, ao não se pensar como um movimento inserido nas dinâmicas de lutas mais amplas dos trabalhadores e trabalhadoras, foi incapaz de superar seus próprios limites... Entendo que a potencialidade transformadora de um movimento não é medida pela radicalidade de sua pauta, mas sim pela maneira como a mobilização em torno dela é capaz de produzir novas dinâmicas e experiências de luta. Por isso entendo que ao olhar para o próprio movimento e não para o transporte inserido na dinâmica da luta de classes, o MPL deixou de ser capaz de criar novas estruturas políticas e sociais, chegando ao seu fim.”

O artigo provocou divergências entre membros do movimento e pessoas interessadas que podem ser acompanhadas no próprio site onde foi publicado. Não nos cabe aqui estender as nossas análises para além do que pudemos investigar. A referência sobre o debate foi produzida nos momentos posteriores às grandes manifestações de 2013 e nos anos seguintes. A discussão serviu para questionar alguns princípios do movimento, mas pouco avançou sobre o trabalho de formação que realizavam, assim como a dos seus quadros. O movimento não morreu. Novas manifestações ocorreram nos meses iniciais de 2016 e é parte de uma experiência que precisa ser mais estudada.

**Artigo recebido em 12/05/2016.
Aceito para publicação em 27/06/2016.**